

**PERIFERIA, URBANISMO E EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL:
LEITURAS MUSICAIS DOS PROBLEMAS URBANOS**

Wendel Medina¹

Resumo: O movimento de formação das cidades brasileiras foi alavancado por ideais de progresso e necessidades de fortalecimento da sua estrutura econômica. Apesar disto, esse processo se deu em moldes administrativos com raízes da sociedade colonial. A presença do autoritarismo nas decisões públicas e a utilização dos recursos da nação para benefícios de uma minoria, o abuso de poder e a concentração de renda geraram uma nação dividida entre excluídos sociais e privilegiados. Ao tomar consciência da sua condição, os indivíduos brasileiros reclamam os benefícios da sua força de trabalho, a satisfação dos seus direitos e necessidades sociais. Além de outras formas de expressão política, a música surge como ferramenta de denúncia e reflexão, gerando discussões muitas vezes desprezadas pelos principais agentes do poder público e privado.

Palavras-chave: Periferia - Urbanismo - Exclusão Social – Música Urbana – Arte e Empoderamento.

INTRODUÇÃO:

Este artigo pretende abordar aspectos qualitativos e quantitativos referentes ao processo de urbanização das cidades brasileiras, sobretudo o surgimento das suas regiões periféricas. Serão exemplificados fatos e acontecimentos relativos aos problemas de urbanismo inadequado e/ou não regulado pelos quais passam e passaram as áreas periféricas do Brasil.

Tais fatos serão elencados em trechos de obras musicais, que os citam e os reclamam, constituindo um contexto base para a discussão teórica. Busca-se, também, mostrar aqui, a relativa homogeneidade dos problemas destas regiões suburbanas situadas em localidades diferentes, porém, em símile contexto ocasionado por uma postura desenvolvimentista comum à Nação.

A abordagem será iniciada por uma elucidação e discussão teórica a respeito do processo histórico de formação das cidades brasileiras, trazendo para análise os interesses políticos e econômicos que motivaram este modo de desenvolvimento

¹ Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade da Cidade do Salvador. Estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Artes pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: medina2410@gmail.com

industrial da nação, esclarecendo suas consequências e irregularidades. Em seguida, buscaremos entender quem é esse indivíduo excluído socialmente nas favelas, bem como os seus anseios, reclames e perspectivas referente a compreensão da sua condição urbana, através dos seus produtos artístico-musicais.

PANORAMA URBANO BRASILEIRO

No Brasil, o processo de constituição das cidades, bem como sua modernização urbana e crescimento demográfico, aconteceu vinculado a uma concepção arcaica de progresso, resquício do seu período colonial. Embora, hoje, estejamos legalmente amparados por algumas medidas legislativas, como o Estatuto da Cidade, Lei n.º 10.257/2001, que prevê, entre outros, o direito à moradia e utilização do espaço urbano para uso público, ainda se observa no país a distribuição desigual de recursos e infraestrutura, sobretudo para as classes populares migrantes e nativas.

O processo de urbanização da nação teve expressivo avanço no século XX impulsionado por significativas mudanças na administração do país. Tais mudanças estão diretamente ligadas ao estabelecimento da República e ao surgimento da indústria como aposta para o desenvolvimento econômico. No entanto, o anseio por modernização e independência do mercado interno desejado pelos ideais naturais a uma nação não deixou de lado velhos modos de explorar as riquezas disponíveis do país, tendo papel considerável neste processo alguns hábitos, como a importância do trabalho escravo e/ou reprodução da força de trabalho pelo trabalhador livre, assim como o poder político relacionado ao patrimônio privado.

“O processo de urbanização brasileiro deu-se, praticamente, no século XX. No entanto, ao contrário da expectativa de muitos, o universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei.” (MARICATO, 2003, p.151)

A partir de 1930, o Setor Agrário brasileiro perde sua hegemonia exportadora para o Setor Industrial, o qual, durante a crise mundial que eclodiu em 1929, tornou-se foco dos interesses dos agentes econômicos privados e do Estado, com o objetivo de substituição das importações e fortalecimento do mercado interno (JÚNIOR, 2004).

Nesta transição, a mesma relação entre as esferas privada e pública prevaleceu: o Estado continua a atender majoritariamente os interesses das grandes iniciativas privadas e da elite financeira. No passado, esses agentes eram representados pela burguesia colonial e/ou donos de terras e coronéis, contemporaneamente, são compostas, basicamente, pelos agentes privados, empresas e acionistas.

Ao passo que a atenção econômica do país se volta para os equipamentos industriais e seus polos de produção e exportação, os recursos destes agentes privados e do Estado se voltam quase que em sua totalidade para as cidades e centros urbanos. Aparecem com mais força, assim, os ideais de progresso e urbanismo moderno, noções que passam não só a motivar os seus próprios difusores, como também a ser a esperança das populações do campo que já não têm mais oportunidades de emprego, nem recursos produtivos em suficiência.

“Não foi só o governo. A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da república velha, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos... Não aconteceu nada disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos.” (SANTOS, 1986, p. 2)

A partir destes processos de migração e êxodo rural, as cidades brasileiras sofreram considerável expansão demográfica, no entanto, ao contrário do que se esperava, essa nova população passou a ser incluída no processo de modernização apenas como mão de obra emergente, sem ser suficientemente contemplada com o desfrute e distribuição das riquezas produzidas, ao passo que era paulatinamente excluída socialmente e expulsa para os morros.

Os interesses hegemônicos ligados à concentração de terras, renda e poder político, ainda vigentes na nova noção de desenvolvimento da nação, nunca permitiram que essa nova parcela da sociedade fosse incluída nos projetos de urbanismo moderno. Esse processo de urbanização brasileiro se deu fortemente influenciado pelas raízes da sociedade colonial e, aos poucos, os novos habitantes que iam de encontro à cidade foram se instalando em regiões periféricas aos centros urbanos e se deparando com os problemas relativos à precariedade das mesmas.

O processo de urbanização começou a intensificar-se, principalmente na segunda metade do século XX. A população urbana do país, de 26,3%, em 1940, passou para 81,2% no ano 2000, totalizando um salto de 18,8 milhões para 138 milhões de habitantes urbanos. Em 2000, aproximadamente 30% dos quase 170 milhões de habitantes brasileiros residiam em apenas nove das suas metrópoles. (MARICATO, 2000)

“Trata-se de um gigantesco movimento de construção urbana necessário para o assentamento residencial dessa população, bem como para a satisfação de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transporte, saúde, energia, água, etc. Ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram geradas condições para viver nesse espaço. Bem ou mal, de algum modo, todos esses 138 milhões de habitantes moram em cidades.” (MARICATO, 2000, p. 21)

A VIDA NAS CIDADES PARA OS EXCLUÍDOS

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, outras noções de industrialização, fortalecimento do mercado interno e competitividade internacional surgem no Brasil. É neste contexto, que os moradores das áreas periféricas que, posteriormente, se tornaram as favelas, passam a ser introduzidos em uma nova noção de consumo como ferramenta de estímulo à economia. Contudo, todas essas mudanças administrativas da nação ocorrem sem a consulta destes habitantes (a maior parte da população), os tornando os principais prejudicados de um projeto de nação direcionado para interesses minoritários.

Já detendo um potencial produtor de bens duráveis, o relacionamento internacional comercial e tecnológico se fortifica, iniciando uma nova fase do processo de industrialização do Brasil. Tal fato, ao passo que contribui para o desenvolvimento do país, amplia, também, o seu grau de dependência externa, interferindo nas decisões políticas internas, na cultura da população e em seus padrões de consumo. O país se insere na divisão internacional do trabalho de forma subalterna, como na história da maioria dos países subdesenvolvidos.

Ao longo dos anos, essa corrida por espaço industrial e empresarial no mundo se torna cada vez mais agressiva e os seus agentes envolvidos continuam a apoiar-se nas fragilidades socioeconômicas da população, bem como sua falta de conhecimento e

poder político. Predação ambiental, utilização dos recursos da nação para interesses da elite financeira, introdução de ideais de consumo, desperdício de recursos naturais, obsolescência programada, especulação imobiliária, desvio de recursos públicos, são tópicos que estão relacionados com esse período de formação das cidades brasileiras.

É evidente que a maior participação do país no mercado de trabalho internacional e o aumento da sua competitividade industrial trás, nesse período pós-guerra, benefícios financeiros para a infraestrutura bem como do Produto Interno Brasileiro. No entanto, a concentração de renda no país continua a se fazer presente, gerando um panorama de desigualdade social e condições precárias de habitação para a maior parte da população residente nas cidades.

Tabela 1 – Distribuição de Renda Brasil – 1981-1995

Distribuição	Em porcentagem	
	1981	1995
50% Mais Pobres	14,5	13,3
10% Mais Ricos	44,9	47,1
1% Mais Ricos	13,4	14,4

Fonte: Dieese.

Este panorama exemplificado na tabela 1 está diretamente ligado ao surgimento das favelas, assim como a sua explosão demográfica a partir da década de 80. Neste período, o processo de migração para os meios urbanos, onde se encontram os recursos produtivos da nação, continua a intensificar-se.

“O crescimento dos domicílios favelados, entre 1980 e 1991, pode ser explicado, de um lado, pela falência do Sistema Financeiro de Habitação, que culminou com a quebra do Banco Nacional de Habitação na década de 80. E, de outro, pela crise econômica que o país atravessava, que aliou um alto nível de desemprego com a hiperinflação. De acordo com Pasternak, ‘o salário mínimo perdeu 46% do seu valor real na década de 80 e a concentração de renda é espantosa’” (PASTERNAK, 1997 apud BALTRUSIS, e D'OTTAVIANO, 2009, p. 137).

A partir de 1991, ainda sob o panorama da concentração de renda, ausência de plano público de habitação e desemprego, o surgimento das favelas continua em ativo crescimento, conforme tabela 2:

Tabela 2 – Brasil. Favelas, segundo grandes regiões, 1991 e 2000.

Região	1991	2000	Diferença
Norte	59	185	126
Nordeste	517	674	157
Sudeste	2.225	2.621	396
Sul	327	392	65
Centro-Oeste	59	34	-25
Brasil	3.187	3.906	719

Fonte: Censo Demográfico de 1991; Sinopse Preliminar do Censo de 2000.
In: Pasternak, 2003.

Os anos 80 e 90, de forte recessão econômica, período em que as taxas de crescimento demográfico superaram o crescimento do PIB, ficaram conhecidos como décadas perdidas. Durante este período, o Estado brasileiro não se dispôs a efetuar uma política habitacional que contemplasse as populações de baixa e média renda. Em consequência do desemprego, processos inflacionários, especulação imobiliária que incapacitava estas populações de financiar moradias, estes indivíduos, ainda não contemplados nas decisões do plano de desenvolvimento da nação, se viram obrigados a buscar novas opções de moradia, ocupando terras e construindo moradias precárias em áreas periféricas de risco, sem políticas de saneamento e/ou acesso aos bens urbanos.

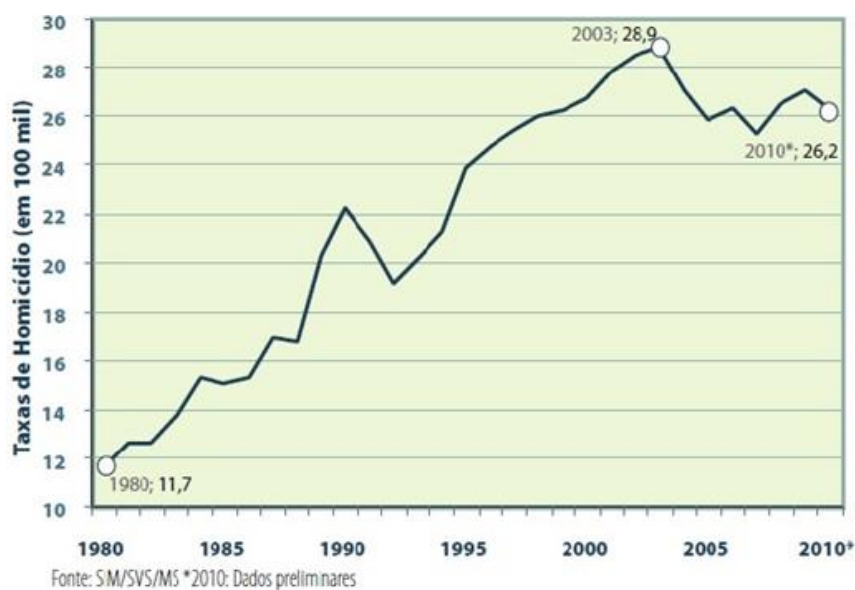
Aos poucos, as consequências deste populoso fluxo habitacional e exclusão social foram surgindo. Não exclusivos às décadas perdidas, os problemas habitacionais dão início ao

“[...] que podemos chamar de tragédia urbana brasileira - enchentes, desmoronamentos, poluição dos recursos hídricos, poluição do ar, impermeabilização da superfície do solo, desmatamento, congestionamento habitacional, retorno de epidemias, violência, etc. O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, quando as cidades passam a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação. Quando o trabalho se torna mercadoria, a reprodução do trabalhador deve ocorrer pelo mercado. Mas isso não se deu no começo do século XX, como não acontece até o seu final. Como previu Joaquim Nabuco, o peso do escravismo estaria presente, na sociedade brasileira, muito após sua abolição. Não só grande parte dos trabalhadores atua hoje fora do mercado formal, como, mesmo aquela regularmente empregada na moderna indústria fordista, apela para expedientes de subsistência para se prover de moradia na cidade. Isso significa que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa em áreas irregulares ou simplesmente invadidas.” (MARICATO, 2000, p. 23)

A violência urbana, o desemprego e o desamparo social são alguns dos pontos mais abordados no capítulo apresentado a seguir, no qual se encontram os registros e depoimentos de alguns indivíduos que foram “fruto” destas regiões periféricas conflituosas. Contudo, é no aumento da violência que se encontra o indicador que traduz com mais força a piora na qualidade de vida urbana destas populações urbanas. Esta, a partir das décadas perdidas, começa a apresentar índices superiores aos das zonas rurais, tidas como não modernas, bem como influir na expectativa de vida do país.

De 1980 até 2010, em um intervalo de 30 anos, os indicadores do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, elencados no gráfico a seguir, mostram que o número de homicídios no país passou de 13.910 homicídios em 1980 para 49.932 em 2010, um aumento de 259%, o que equivale a 4,4% de crescimento ao ano, totalizando 1.091.125 de mortes em três décadas. (WAISELFISZ, 2012)

Gráfico 1 – Evolução das taxas de homicídio. Brasil, 1980/2010



É neste contexto de exploração do trabalhador livre, violência social e urbana, desemprego, desamparo social, falta de saneamento básico, ausência de recursos e direitos urbanos, catástrofes ambientais, descrédito no poder público e falta de informação que o indivíduo favelado se forma. Nascem aqueles que se preocupam apenas em sobreviver, aceitando as dificuldades urbanas, seja por falta de forças ou de

tempo, mas também nasce a figura do artista urbano que, seja através da música, da poesia, do ativismo ou de todos estes fatores unidos, se esforça não só para sobreviver, mas resistir, lutar, clamar por justiça, reclamar e protestar por seus direitos.

As músicas destes artistas se configuram como uma forma de denúncia destas injustiças sociais e de manifestação política. Além de discutir e denunciar o processo histórico de formação das cidades pautado por poderes hegemônicos, trazem para a discussão os problemas reais das áreas periféricas que habitam, ao passo que reclamam a omissão dos poderes públicos e denunciam os abusos provenientes da relação conflituosa entre os grandes agentes privados e demais sociedade civil.

A ARTE MUSICAL COMO DENÚNCIA - A VISÃO DE DENTRO

Diante da situação de invisibilidade social, inacessibilidade aos meios de comunicação em massa e falta de espaço para discutir suas necessidades, os indivíduos das favelas, não obstante dos centros urbanos, começam a se utilizar das letras musicais para apropriarem-se do seu poder de voz e trazer reflexões sobre si e sobre o seu espaço que são ignoradas pelos poderes públicos e elite socioeconômica brasileira.

Este indivíduo “favelado”, em situação de risco social, ambiental e econômico, sofre, durante todo o período de formação das cidades brasileiras, as consequências de um planejamento de desenvolvimento nacional excludente e seletivo. À medida que toma consciência que os projetos de crescimento e desenvolvimento dos centros urbanos, bem como os frutos gerados por sua força de trabalho, apenas o incluem como consumidor de massa e/ou mão de obra barata, este indivíduo busca meios de transformar e reivindicar a sua condição.

A partir dessa consciência da sua condição, os moradores das favelas e periferias se articulam em manifestações socioculturais e artísticas. Inicia-se uma busca intensa pela obtenção prática do direito à cidade e pela conquista de poder de decisão pública. Junto com outras formas de expressão artística, como a arte urbana, começam a surgir figuras que se relacionam com a música e a poesia cantada, sobretudo, através do rap, do hip hop e do rock, movimentos musicais que marcados pelos discursos de protesto político e reivindicação de direitos.

Contudo, é no rap que os cidadãos das favelas brasileiras se encontram melhor para falar o que pensam e desejam para os seus bairros. Por sua aproximação com a cultura popular local e a arte do repente, sua relativa facilidade performática e estrutura declamada, este estilo é apropriado com mais intensidade por esses indivíduos. Sua estrutura de discurso rítmico com rimas e poesias permite aos artistas articular um maior conteúdo de informação e expressão verbal, dando a possibilidade destes apresentarem suas manifestações políticas e ideologias de forma mais estruturada e/ou poéticas.

“Equilibrado num barranco, um cômodo mal acabado e sujo / Porém, seu único lar, seu bem e seu refúgio / Um cheiro horrível de esgoto no quintal / Por cima ou por baixo, se chover será fatal / Um pedaço do inferno, aqui é onde eu estou / Até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou / Numerou os barracos, fez uma pá de perguntas / Logo depois esqueceram, filha da puta!” (Racionais Mc’s – *O Homem na Estrada*, 1993)

Em *O Homem na Estrada* de 1993, Mano Brown, vocalista do grupo Racionais MC’s, morador de Capão Redondo, uma das favelas mais populosas do estado de São Paulo, se utiliza da canção para denunciar as condições de moradia precárias geradas pelos processos emergentes de ocupação de terras e ausência de infraestrutura pública. Ao citar o órgão do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o artista denuncia a falta de prioridade do poder público para com as condições de vida dos habitantes das favelas. O fato de apenas *numerarem os barracos, esquecendo* logo em seguida, não apresentando nenhum posicionamento ou planejamento de melhoria para a população, reclama a invisibilidade social sofrida pelos moradores das favelas brasileiras, e traz a ideia de que os mesmos são vistos apenas como números para relatórios de mapeamento.

Em *Nego Drama*, canção de 2002, o cantor dialoga sobre a relação de conflito entre os indivíduos socialmente excluídos, sobretudo negros, e agentes privados detentores dos recursos produtivos da cidade. O artista coloca as dificuldades vividas causadas pela concentração de renda e exclusão social como experiências que o fortificam e solidificam sua identidade e resistência às adversidades da vida. Ao relacionar o ticket de alimentação, benefício trabalhista empresarial, como uma remuneração insuficiente e injusta em relação aos seus esforços, o artista infere sobre o problema de concentração de renda do país, apresentando os agentes hegemônicos da sociedade como diretamente culpados pelas suas condições de vida:

“Eu recebi seu tic (ticket) / Quer dizer kit / De esgoto a céu aberto / E parede madeirite / De vergonha eu não morri / Tô irmão / Eis-me aqui / Você, não / Cê não passa / Quando o mar vermelho abrir [...]” (Racionais Mc’s – Negro Drama, 2002)

Aos poucos os moradores das favelas começam a denunciar e solicitar atenção para os problemas causados por uma noção de desenvolvimento que não os contemplou em totalidade. Nas décadas de 80, 90 e 2000, períodos nos quais estão situados a maioria dos lugares de fala neste artigo, questões como a populosoidade, desemprego, violência urbana, exclusão social já se encontram no ápice da sua geração de conflitos. No entanto, estes problemas não são novos e, tampouco, não deixaram de ser mencionados pelos compositores que participaram do início do processo de urbanização do Brasil. A ocupação irregular e construção de moradias precárias por necessidade maior é retratada por Padeirinho da Mangueira e Jorginho Peçanha, ainda em 1966, no samba “Favela”:

Numa vasta extensão / Onde não há plantação / Nem ninguém morando lá / Cada um pobre que passa por ali / Só pensa em construir seu lar / E quando o primeiro começa / Os outros depressa procuram marcar / Seu pedacinho de terra prá morar / E assim a região sofre modificação / Fica sendo chamada de Nova Aquarela / É aí que o lugar então passa a se chamar / Favela (Padeirinho da Mangueira e Jorginho Peçanha – Favela, 1966)

Aos poucos, os problemas socioambientais, culturais e econômicos provenientes de um processo de urbanização orientado por interesses minoritários passam a não se restringir apenas ao contexto e perímetro das favelas brasileiras. Estes problemas passam a ser globais e estruturais, atingindo não só os moradores das favelas, como toda a cidade.

Cidade sem mar / Mas com montanhas de neve de isopor / Despedaçado sobre o néon amanhecido / Ruído de motor [...] / Lixo que não tem lixeiro / Na segunda-feira / Terça quarta quinta ou sexta-feira / Lixo de domingo entupindo o bueiro / Cascas de banana nas calçadas da fama / Crianças para enfeitar as praças / Mas não tem cama / Camelôs fugindo da sirene / Sob o sol a pino [...] Cidade sem céu / Mas com paisagens portáteis / Nas janelas das celas / Nas paredes dos lares / E os turistas estragando todos os lugares. (Arnaldo Antunes – Cidade, 2001)

O compositor brasileiro Arnaldo Antunes, em seu álbum intitulado Paradeiro, de 2001, apresenta em sua letra a complexidade existente na situação dos meios urbanos brasileiros. Apresenta fatores que explicitam a má qualidade de vida dos seus moradores e a necessidade de se discutir a origem e um meio para a resolução desses problemas. O autor exemplifica as condições socioculturais das metrópoles brasileiras, bem como as

consequências e problemas estruturais próprios dos seus processos de formação orientados pelo mercado e consumo, em que uma complicação está diretamente ligada ou desembocada em outra.

Também a partir desta articulação e conexão entre causas e consequências dos problemas do meio urbano, o cantor paulista Criolo, canta em seu segundo álbum *Convoque Seu Buda*, de 2004:

“Uma bola pra chutar, país pra afundar / Geração que não só quer maconha pra fumar / Milianos, mal cheiro e desengano / Cada cassetete é um chicote para um tronco / Alqueires, latifúndios brasileiros / Numa chuva de fumaça, só vinagre mata a sede / Novas embalagens pra antigos interesses / É que o anzol da direita fez a esquerda virar peixe”. (Esquiva da Esgrima – Criolo, 2004)

A música infere sobre a manipulação em massa, o surgimento de novos ideais e anseios da juventude cansada da ausência de cumprimento dos seus direitos, o descrédito nos poderes policiais, o processo de formação orientado pela concentração de renda e de terra, bem como especulação imobiliária, os novos posicionamentos repressivos frente às manifestações da população e o fato de não estarmos livres dos antigos interesses ligados pela lógica de desenvolvimento com raízes da sociedade colonial, marcada pela concentração de terras, renda e poder político, além da exploração da mão de obra escrava/força de trabalho.

Neste sentido, o cantor reforça a fala de Maricato quando diz que

“[...] o Brasil mostra um outro lado de desprestígio e desconfiança nas instituições (por exemplo, na justiça e na polícia), falta de interesse pelo voto e pelos políticos. Some-se a isto a imprevisibilidade sobre a vida futura, a insegurança, a impunidade associada à punição aleatória, a desmoralização das normas e os códigos de conduta coletiva etc.” (MARICATO, 2003, p. 157)

Ainda em *Convoque Seu Buda*, na canção *Casa de Papelão*, assim como Mano Brown em *Negro Drama*, o cantor reforça a culpa dos agentes hegemônicos representados como a grande elite financeira e empresarial do país, responsabilizando-os, inclusive, sobre o problema de verticalização das cidades, a especulação imobiliária e as complicações de habitação urbana:

“[...] Olha a ocupação [...] Prédios vão se erguer e o glamour vai colher corpos na multidão”. (Criolo - Casa de Papelão, 2004)

Em casa de Papelão, o rapper incita uma discussão sobre o direito à propriedade. No Brasil, devido ao seu processo de formação marcado por interesses minoritários, o direito à propriedade tem sido mais valorizado pelo seu sistema jurídico-político que o direito à moradia, impedindo o exercício pleno da cidadania, a gestão democrática da cidade e a função social da propriedade, além de fazer com que o interesse particular prevaleça sobre o público. (ROVATI, 2010)

Também em *Esquiva da Esgrima* o cantor aborda temas como o crescimento da violência, a vulnerabilidade social dos jovens favelados, a perda dos laços de solidariedade social, o processo migratório e a exploração da população de baixa renda, atrelando estes problemas à presença e hegemonia dos grandes agentes do capital financeiro. O rapper também reforça a importância do rap no processo de resistência cultural e resgate do conhecimento e da informação, responsável pelo empoderamento intelectual e moral dos indivíduos das populações pobres:

“Falar demais, chiclete azeda / Chama o SAMU e ensina pra esse comédia / respeitar nossos princípios / Tem mais Deus pra dar que cês tudo num penico / Antigamente resolvia na palavra / uma ideia que se trocava / o respeito que se bastava / Dinheiro é vil, tio, geriu o instinto viril / AR-15 é mato, os moleque tão de fuzil. / Do Grajaú ao Curuzu, pra imigração meu povo é mula / Inspiração é Black Alien, é Ferrez, não é Tia Augusta / Verso mínimo, lírico de um universo onírico / cada maloqueiro tem um saber empírico / Rap é forte, pode crê, "oui, monsieur" / Perrenoud, Piaget, Sabotá, *enchanté*.” (Esquiva da Esgrima – Criolo, 2004)

Gabriel, O Pensador, em sua canção intitulada Pátria Que Me Pariu, vai mais longe ao focar na figura do jovem em situação de vulnerabilidade social, o qual confronta-se com a falta de amparo emocional, psicológico, assim como a insatisfação de suas necessidades básicas e anseios próprios da idade. O rapper aborda em sua música reflexões acerca das consequências do crescimento demográfico desenfreado, da ausência de saúde pública, do desprezo para com os moradores de rua e da violência urbana. A canção alterna entre as vozes de um menino de rua e um locutor que narra a sua trajetória.

“A criança é a cara dos pais, mas não tem pai nem mãe / Então qual é a cara da criança? / A cara do perdão ou da vingança? / Será a cara do desespero ou da esperança? / Num futuro melhor, um emprego, um lar / Sinal vermelho, não dá tempo prá sonhar / Vendendo bala, chiclete... / - **Num fecha o vidro que eu num sou pivete / Eu não vou**

virar ladrão se você me der um leite / Um pão, um vídeo game e uma televisão / Uma chuteira e uma camisa do Mengão / Pra eu jogar na seleção, que nem o Ronaldinho / Vou pra copa vou pra Europa... / Coitadinho! Acorda moleque! Cê num tem futuro! / Seu time não tem nada a perder / E o jogo é duro! Você não tem defesa, então ataca! / Pra não sair de maca / Chega de bancar o babaca! / - Eu não aguento mais dar murro em ponta de faca / E tudo o que eu tenho é uma faca na mão / Agora eu quero o queijo. Cadê? / Tô cansado de apanhar / Tá na hora de bater!” (Gabriel, O Pensador – Pátria Que Me Pariu, 1997)

Tais artistas discorrem sobre o processo de convivência, moradia e urbanização nas metrópoles brasileiras, através do saber “empírico” ou conhecimento das ruas. É nítido o nível de esclarecimento dos mesmos frente às dificuldades e complicações ocasionadas pela má distribuição de renda e exclusão social característica das grandes metrópoles. Diante disto, podemos acreditar que grande parte do problema está na falta de comunicação do poderes vigentes com a população, que não levam em consideração o conhecimento da realidade empírica para a formulação das suas ideias de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

No discurso de todos os artistas analisados, se faz presente o reclame a direitos básicos como moradia, educação e inclusão social, dentre outros, bem como denúncia e reflexão acerca do desenfreado processo de urbanização que não leva em consideração a qualidade de vida de toda a sua população, bem como o usufruto dos benefícios e dos recursos urbanos por parte destes. Também foi notada nos produtos artísticos a constatação, por meio de quem está diretamente ligado à realidade local, das elaborações teóricas referentes ao processo histórico descrito pelos pesquisadores estudados neste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tragédia dos meios urbanos brasileiros é fruto de uma mentalidade desenvolvimentista que possui cinco séculos, com raízes muito firmes, influenciadas pela concentração de terra, renda e exploração do trabalho físico.

Os problemas sociais, ambientais e culturais das cidades do Brasil são agravados e/ou gerados pela inexistência de consultas públicas à população. O nosso país desenvolveu o seu mercado interno, industrializou e urbanizou-se buscando caminhos curtos, visando ganhos econômicos para poucos, desconsiderando as realidades dos seus habitantes carentes, ignorando, assim, o destino da maior parte da sua população.

Um processo que se deu com ideologias coloniais e imperialistas, voltado para interesses minoritários, com a presença da massificação do consumo, industrialização desenfreada e má distribuição de renda, gerou consequências e problemas que influíram e influem, em longo prazo, na qualidade de vida de todo o povo brasileiro.

Neste sentido, ao tomar consciência da sua contribuição na geração das riquezas deste processo, e da sua exclusão no desfrute destas, os indivíduos explorados e ignorados pelos poderes vigentes públicos e privados passam a reivindicar a sua condição, manifestando-se através dos meios de expressão que detém, na tentativa de trazer à tona reflexões e necessidades esquecidas pelos agentes hegemônicos do país.

Neste contexto, a figura do artista e do músico surge como uma ferramenta de fortificação dessa luta. A arte, sobretudo musical, é direcionada como um instrumento de denúncia da violência urbana, da exploração da força de trabalho, do descaso político, da descrença no sistema jurídico, congestionamento habitacional, ausência de infraestrutura habitacional, do desemprego, e da informalidade trabalhista.

As músicas analisadas no presente artigo deixam claro a necessidade de horizontalização da tomada de decisão em relação ao futuro do país, seja ela econômica, social, cultural ou ambiental. Os artistas apresentam, através da sua vivência e conhecimento pulsante da realidade local complementos, validações, reflexões e perspectivas que corroboram e/ou aprofundam as discussões dos teóricos acadêmicos e políticos sobre o tema.

Neste sentido, como afirmava o rapper paulista Sabotage, a música *tem poder*, à medida que exemplifica visões de diferentes bairros e cidades, mas elucida as similaridades destes contextos urbanos e das suas condições de habitação e vida, trazendo para análise as semelhanças, comprovações e diferenças destes indivíduos.

Nota-se, através dessa semelhança de diálogos, inferências e abordagens, bem como ideais, ideologias e visões da vida no meio urbano, sobretudo nas favelas, que a proximidade destes discursos corrobora a ideia de que tais problemas não são exclusividades locais, como também estão presentes de forma quase idêntica nas diferentes metrópoles brasileiras. Confirma-se que tais complicações são oriundas não de particularidades regionais, mas de uma noção nacional de desenvolvimento, bem como um modelo de progresso pautado em ideologias imperiais e interesses

minoritários, presente em todas as esferas e cidades da sociedade brasileira, do qual ainda não conseguimos nos desligar.

Referências Bibliográficas

BALTRUSIS, Nelson e D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. **Ricos e pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade sócio-espacial na metrópole paulistana.** *Cad. CRH* [online]. 2009, vol.22, n.55, pp. 135-149. ISSN 1983-8239.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de substituição de importações. *In*: REGO, José Márcio e MARQUES, Rosa Maria. **Formação Econômica do Brasil.** Ed Saraiva. São Paulo, 2003.

JÚNIOR, José Aldoril dos Santos. **Industrialização e Modelo de Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Comparada.** Universidade Federal de Santa Catarina - Centro Socioeconômico. Santa Catarina, 2004.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, Legislação E Desigualdade.** Estudos Avançados, vol.17, n.º 48. São Paulo, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo Na Periferia Do Mundo Globalizado.** São Paulo em Perspectiva, V.14, N.º 4. São Paulo, Oct./Dec. 2000.

ROVATI, João Farias. **Terra, Conflito e Direito à Cidade.** Revista da Faculdade de Direito UniRitter, 2010, 75 p.

SANTOS, C. N. **Está na hora de ver as cidades como elas são de verdade.** Rio de Janeiro,

Ibam, 1986.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012 - Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil.** Instituto Sangari, 1ª Ed. São Paulo, 2011.